

Renan recua e diz que vai pagar R\$ 32 mil por uso de avião oficial para ir a casamento 'Claro que não', respondeu na quinta-feira, o presidente do Senado, ao ser questionado se iria ressarcir os cofres públicos 05 de julho de 2013 | 14h 56

Ricarodo Brito - Agência Estado

O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), recuou e anunciou nesta sexta-feira, 05, que vai ressarcir os cofres públicos em R\$ 32 mil por causa do uso de avião oficial para ir ao casamento da filha do líder do PMDB na Casa, Eduardo Braga (AM). A viagem foi revelada em reportagem do jornal Folha de S.Paulo.

Renan Calheiros inicialmente havia justificado que, quando se vale de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para viajar, o faz por ter direito a "transporte de representação". Segundo ele, o presidente do Senado, o presidente da República e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) gozam desse direito por serem chefes de poder. "Claro que não", respondeu na quinta-feira, ao ser questionado se iria ressarcir os cofres públicos.

Nesta sexta-feira, em entrevista após chegar do Palácio do Planalto de uma reunião com a presidente Dilma Rousseff, o presidente do Senado não explicou o motivo pelo qual decidiu, agora, devolver os recursos do voo. Pouco depois, em nota, a assessoria de imprensa do presidente do Congresso informou que Renan vai devolver os recursos referentes a trechos de Maceió para Trancoso, no litoral baiano, para o casamento da filha de Braga no dia 15 de junho e, na madrugada do dia 16, quando Renan saiu de Trancoso para Brasília.

Transparência. Renan afirmou, durante a entrevista, que vai convocar uma reunião do Conselho de Transparência do Senado para criar uma regra para disciplinar em que tipo de situação pode haver pedido para uso dos aviões da FAB. Criado em abril, com a presença de representantes da sociedade civil, o conselho tem a missão de tornar mais transparente as ações da Casa, especialmente os gastos da instituição e dos parlamentares.

"Há uma zona cinzenta em relação a isso. Temos que deixar claro o que é ou não legal", afirmou. "Como é uma prática comum, é importante que a partir da transparência se tenha uma resposta definitiva", completou ele, ao cobrar também que outros órgãos públicos se inspirem no modelo de transparência do Senado.